Finisterra, *LVI*(130), 2025, e39974
ISSN: 0430-5027
doi: 10.18055/Finis39974
Artigo

CONTRIBUTOS DAS INTERVENÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO PARA A INTEGRAÇÃO SOCIOESPACIAL:
O CASO DOS BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

MARINA CARREIRAS [1]
JOÃO RAFAEL SANTOS [2]

RESUMO – O espaço público é frequentemente apontado como relevante para a promoção da integração socioespacial. Este estudo visa refletir sobre os contributos do espaço público para a integração socioespacial, tendo por referência as intervenções de qualificação do espaço público implementadas entre 1998 e 2023 na Área Metropolitana de Lisboa. Após fundamentação e apresentação dos conceitos teóricos centrais, a investigação é desenvolvida em duas etapas analíticas: 1) com base em análise documental, apresenta-se a abordagem das valências de integração socioespacial nas estratégias de promoção e financiamento das intervenções no espaço público; 2) através de análises espaciais, explora-se a coincidência geográfica das intervenções de qualificação do espaço público com os territórios mais vulneráveis da área metropolitana, sinalizados mediante dois critérios: índice definido para esse efeito e distribuição espacial dos bairros de habitação social. Mesmo tendo presente a persistência das desigualdades socioespaciais, os resultados obtidos revelam a defesa dos princípios de integração socioespacial nos programas de políticas urbanas e uma significativa cobertura dos territórios mais vulneráveis por intervenções de qualificação do espaço público.

Palavras-chave: Espaço público; integração socioespacial; habitação social; políticas urbanas; Área Metropolitana de Lisboa.

ABSTRACT – CONTRIBUTIONS OF PUBLIC SPACE INTERVENTIONS TO SOCIO-SPATIAL INTEGRATION: THE CASE OF SOCIAL HOUSING NEIGHBOURHOODS IN THE LISBON METROPOLITAN AREA. Public space is frequently regarded as playing a key role in promoting socio-spatial integration. This study reflects on the contributions of public space to socio-spatial integration, with reference to public space enhancement interventions implemented between 1998 and 2023 in the Lisbon Metropolitan Area. Following a conceptual grounding and presentation of the central theoretical concepts, the research is conducted in two analytical stages: (1) based on documentary analysis, the presence of socio-spatial integration dimensions in the strategies for promoting and financing public space interventions is examined; (2) through spatial analyses, the geographical overlap between public space enhancement interventions and the most vulnerable territories in the metropolitan area is explored, using two criteria: a specific vulnerability index and the spatial distribution of social housing neighbourhoods. While the study does not seek to measure levels of socio-spatial integration, thus avoiding direct comparisons between territories with different needs, the results indicate that socio-spatial integration principles are upheld in urban policy programmes, and that public space enhancement interventions significantly cover the most vulnerable areas.

Keywords: Public space; sociospatial integration; social housing; urban policies; Lisbon Metropolitan Area.

DESTAQUES

- Potencial contributo da qualificação do espaço público na integração socioespacial.
- Análises espaciais complementadas com análise documental.
- Políticas urbanas relacionam integração socioespacial com espaço público.
- Territórios vulneráveis abrangidos por qualificação do espaço público.

Recebido: 19/01/2025. Aceite: 30/07/2025. Publicado: 01/10/2025.
[1] Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Edifício IGOT, Rua Branca Edmée Marques, 1600-276, Lisboa, Portugal. E-mail: marinacarreiras@edu.ulisboa.pt
[2] URBinLAB, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: jrs@fa.ulisboa.pt

Published under the terms and conditions of an Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International license.

1. INTRODUÇÃO

O espaço público é um tema chave dos estudos urbanos, pelas suas valências, multidimensionalidade e centralidade nas vivências urbanas e nos sistemas de acessibilidades (Brandão & Brandão, 2019; Beja da Costa & Santos, 2024; Borja, 2003; Carmona *et al.*, 2003). A estrutura dos territórios urbanos é fortemente modelada pelas áreas de uso comum (ruas, avenidas, praças, parques, espaços verdes, espaços comerciais e de interação) e estes elementos são cruciais para a vida urbana ao permitirem mobilidade, ao potenciarem dinâmicas de interação social, representatividade e fruição da paisagem

O presente estudo visa refletir sobre o papel das intervenções de qualificação do espaço público na integração socioespacial. Para esse efeito, tem-se por pressuposto o potencial do espaço público como elemento de conexão entre territórios, combinando dimensões sociais e espaciais, contribuindo para interações sociais e interligações espaciais e assim remetendo para lógicas de integração socioespacial, coesão social ou inclusão (Aelbrecht & Stevens, 2019b; Cattell *et al.*, 2008; Lownsbrough & Beunderman, 2007).

Trata-se de um estudo, desenvolvido no âmbito do projeto de investigação *MetroPublicNet – Construir os fundamentos de uma rede metropolitana de espaço público como suporte da cidade robusta, descarbonizada e coesa: projetos, lições e perspetivas em Lisboa*[i]. O projeto de investigação, incidente sobre a Área Metropolitana de Lisboa (AML), construiu e explorou uma base de dados das intervenções de qualificação no espaço público realizadas entre 1998 e 2023. Neste estudo, recorre-se a esses dados e discute-se o potencial impacto das intervenções de qualificação do espaço público no domínio da integração socioespacial, nomeadamente através do seu confronto com alguns dos territórios mais marginalizados e vulneráveis da área metropolitana.

O estudo foi delineado em torno de três questões especificas: (i) De que forma a valência de integração socioespacial é abordada nas estratégias de promoção e financiamento das intervenções de qualificação do espaço público? (ii) Que relações de proximidade se identificam entre os territórios de maior vulnerabilidade socioespacial e as intervenções de qualificação do espaço público na AML? (iii) De que forma e em que dimensões foram os bairros de promoção pública beneficiados com as intervenções de qualificação do espaço público?

O texto é estruturado em cinco partes, com uma primeira dedicada à apresentação da investigação e uma segunda referente ao enquadramento teórico onde se evidencia a existência de territórios vulneráveis num contexto de fragmentação socioespacial. De seguida, explora-se o conceito de integração socioespacial e as valências do espaço público com maior potencial e contributo para esse desígnio. Na terceira parte, caracteriza-se o território de estudo, a AML, dando-se particular atenção às fragilidades socioespaciais e às intervenções de qualificação dos espaços públicos. A esta informação acresce a descrição da metodologia desenvolvida no âmbito do estudo empírico, com resultados expostos na quarta secção do artigo. Desenvolvem-se dois tipos de análises, uma de carácter documental e outra de âmbito espacial. As análises de carácter documental incidem sobre os programas de promoção da intervenção no espaço público e visam compreender se as intervenções de qualificação são concebidas, numa fase inicial, como estratégias com potencial impacto na integração socioespacial. A análise espacial, concretizada com recurso a sistemas de informação geográfica (SIG) procuram identificar coincidências espaciais das intervenções no espaço público com os territórios mais vulneráveis da área metropolitana, destacados mediante um índice realizado para esse efeito e a identificação da localização dos bairros de habitação social. Finaliza-se o artigo com reflexões suportadas pelos enquadramentos apresentados e resultados das análises.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

As desigualdades socioespaciais são uma característica persistente da história da urbanização, refletindo disparidades na detenção, controlo e acesso a recursos, assim como as formas e processos de organização das sociedades (Barata-Salgueiro, 2023; Harvey, 1985; Rossi, 2017). As situações de exclusão socioespacial são complexas e a sua compreensão e resolução exige considerar de forma articulada diversos domínios de análise e de ação. Esta investigação centra-se nos contributos das intervenções no espaço público para a integração socioespacial. Esta perspetiva incide sobre a procura de conexões urbanas, ligações entre territórios, interações sociais ainda que não ignore as situações de conflito social nos espaços públicos (Estevens, 2017; Malheiros & Madeira, 2023).

Estes são os pontos de partida para a revisão da literatura, apresentada em três partes: 1) debate-se a existência de territórios urbanos em desvantagem, dando-se destaque aos bairros de habitação social; 2) explora-se o conceito de integração socioespacial por este permitir analisar a expressão territorial dos desequilíbrios sociais, como fundamentar respostas a estas situações; 3) apresentam-se os fundamentos e as limitações das intervenções no espaço público no âmbito da integração socioespacial.

2.1. Territórios urbanos em desvantagem

Os territórios metropolitanos atuais, resultam de processos díspares e multifacetados de expansão e consolidação urbana, e incluem múltiplos enclaves e situações de fragmentação reveladoras de assimetrias socioespaciais estruturais (Barata-Salgueiro, 2023; Maloutas & Fujita, 2012; Marcuse & van Kempen, 2000). Neste cenário, os territórios em desvantagem que acumulam fragilidades na dimensão urbanística e arquitetónica e na dimensão social e económica, tanto são constituídos por bolsas de exclusão junto a espaços centrais e privilegiados como por bairros segregados com localização periférica e por situações de microsegregação que ocorrem em edifícios de uma mesma rua ou mesmo em alojamentos de um mesmo prédio (Maloutas *et al.*, 2023).

No amplo conjunto de territórios caracterizados pela exclusão socioespacial, os bairros de habitação social constituem casos de estudo paradigmáticos de situações de desvantagem socioespacial. Ainda que o conceito de bairro, não tenha uma definição precisa, remete para uma estrutura urbana facilmente identificável, pela sua unidade morfológica, espacial, social e cultural (Crespo, 2012; Kearns & Parkinson, 2001). O termo bairro de habitação social é utilizado no âmbito desta investigação para designar áreas urbanas residenciais de interesse social, com o objetivo de salvaguardar o acesso da população a habitação a custos acessíveis. A construção destes bairros beneficia de apoios da administração pública.

A promoção pública de habitação através da construção de bairros residenciais foi uma estratégia comum de resolução das carências habitacionais após a 2ª Guerra Mundial na Europa, num contexto de desenvolvimento económico, crescimento demográfico e forte intervencionismo estatal. Esta resposta coexistiu com o estímulo ao investimento e economia, particularmente forte no setor construtivo e das obras públicas. No entanto, algumas características destes bairros, como a sua grande dimensão, isolamento e população constituída por grupos mais carenciados originaram problemáticas socio urbanísticas e estigmatização que perduram (Dekker *et al.*, 2005; Dekker & van Kempen, 2005). Em Portugal, a promoção pública de habitação foi tardia e pouco expressiva, sendo circunscrita a população das camadas socioeconómicas mais baixas (Antunes, 2018; Serra, 2002). Atualmente, parte significativa dos bairros de habitação social é reconhecida como território vulnerável (Área Metropolitana de Lisboa [AML], 2022; Pinho *et al.*, 2022).

2.2. O conceito de integração socioespacial

Perante os desequilíbrios socioespaciais, a sociedade e a academia debatem e reivindicam direito à cidade, maior coesão urbana, coesão territorial, inclusão, integração socioespacial, justiça espacial. No âmbito deste estudo, dá-se destaque ao termo integração socioespacial, por este dar simultaneamente importância à dimensão social e espacial, remetendo para as suas interligações e conjugações (Carreiras, 2018; Ruiz-Tagle, 2013). Num cenário de integração socioespacial plena, sobressai a ideia de uma comunidade coesa inscrita num espaço urbano inserindo numa rede espacial mais ampla e inclusiva com espaços públicos de qualidade que salvaguardam ligações e acessibilidades, facilitando a convivência social, a participação pública e o acesso a recursos e bens que garantem a qualidade de vida. Neste âmbito, a integração socioespacial defende as conexões entre diversos grupos e territórios, seja através da eliminação de barreiras como da promoção de ligações e vínculos físicos, sociais, institucionais, visuais e simbólicos, entre outros, salvaguardando-se o equilíbrio no acesso a recursos, bens e serviços.

A integração socioespacial é um conceito complexo que abrange várias dimensões da vida societal. Não existe uma resposta única e inequívoca para este fim, mas é frequente a defesa de uma estratégia integrada (Cavaco *et al.*, 2024). Esta pode incluir um extenso conjunto de medidas, como por exemplo políticas de habitação (criação de habitação acessível, mitigação da gentrificação, regulação do mercado imobiliário), estratégias de planeamento urbano (promoção da mistura social, criação e requalificação de infraestruturas de saúde, ensino, de cultura e lazer, expansão e melhoria

da rede de transportes públicos), estratégias de desenvolvimento económico local (apoio a pequenos negócios, programas de formação e qualificação), políticas de inclusão social (combate à discriminação, programas de assistência social, organização de eventos que promovem a interação entre diferentes grupos sociais). Neste âmbito, também são comuns as associações entre a integração socioespacial e a requalificação do espaço público.

2.3. O contributo do espaço público para a integração socioespacial

O espaço público constitui um campo relevante para a integração socioespacial (Aelbrecht & Stevens, 2019a; Borja & Muxi, 2003; Pinto & Remesar, 2015; Qi *et al.*, 2024), sendo diversos os estudos que procuram compreender os seus impactos no bem-estar, na facilitação das interações sociais ou na promoção do sentido de comunidade (Cattell *et al.*, 2008; Francis *et al.*, 2012; Wickes *et al.*, 2019).

As valências do espaço público são múltiplas e diversas,, incluindo funções de natureza mais física, como a conectividade e mobilidade, e a regulação e estruturação ambiental e ecológica, bem como dimensões mais intangíveis, como as relacionadas com a socialização e interação comunitária e recreativa, a produção cultural e a sedimentação de identidades e memória coletivas, ou ainda associadas às formas de participação cívica e política. Se é relativamente direta a observação do impacto do espaço público na componente espacial, nomeadamente pela verificação de funções de distribuição e ligação entre várias unidades e usos urbanos, tal é mais complexo na componente social e identitária. Estratégias reconhecidas como tendo potencial impacto na interação social e construção comunitária (como ruas com comércio, políticas urbanas de mistura social, instalação de mobiliário urbano, criação de infraestruturas de mobilidade suave), podem ter efeitos ambíguos e serem de difícil avaliação (Borja, 2003; Francis *et al.*, 2012). Por outro lado, a conceção de espaços públicos numa perspetiva de coesão social encontra-se ameaçada pela crescente cultura de medo e intolerância perante a pluralidade das sociedades, a austeridade, os conflitos étnicos e ataques terroristas, o que se repercute num maior controlo do acesso e uso desses espaços, com recurso a regulação e gestão privada, aumento de barreiras físicas, e/ou reforço da vigilância (Aelbrecht & Stevens, 2019a; Tulumello, 2015).

Em situações territoriais de maior dispersão e desconexão, o espaço público tem uma importância reforçada como instrumento para a melhoria da acessibilidade e qualificação do ambiente urbano. Nesta sequência, são diversos os autores que defendem o planeamento e o estudo do espaço público numa lógica integrada que considera as sobreposições e interações entre os usos urbanos e os sistemas ambientais e infraestruturais (Brandão & Brandão, 2017; Carmona *et al.*, 2003). Nesta perspetiva valoriza-se o espaço público como uma rede e não como unidades isoladas (Santos *et al.*, 2024).

Os argumentos apresentados destacam a relevância do espaço público para a integração socioespacial, para a estruturação e requalificação do território e, em particular nas áreas mais vulneráveis caracterizadas por lacunas nas ligações aos territórios envolventes, nas infraestruturas de mobilidades, nos espaços verdes e de lazer.

3. OBJETO DE ESTUDO E NOTAS METODOLÓGICAS

O território em análise no âmbito da investigação é a AML, onde se identifica, a par da centralidade económica, política e administrativa, uma significativa diversidade demográfica, social, cultural, paisagística e de formas de urbanização (Rocha, 2016; Santos, 2018; Tenedório, 2003). Os seus padrões de urbanização caracterizam-se por uma elevada complexidade e justaposição de tecidos de génese e características muito díspares, grande diversidade de densidades e intensidades de ocupação, e presença significativa de áreas rurais e de valor paisagístico e ambiental.

O conjunto de intervenções de qualificação do espaço público na AML implementadas entre 1998 e 2023, contabilizado no âmbito do projeto de investigação *MetroPublicNet*, também traduz diferenciações na ocupação do território. A base de dados encontra-se georreferenciada[ii] (Fig. 1) e é composta por um conjunto de informação que inclui a data de intervenção, atributos dos territórios abrangidos, tipos de intervenções, financiamentos, entre outros (Santos, Beja da Costa *et al.*, 2024; Santos, Carreiras *et al.*, 2024). Os dados evidenciam, no período temporal em análise, um aumento da área de requalificação do espaço público. O financiamento e promoção das intervenções é

predominantemente municipal, sendo igualmente de destacar iniciativas de âmbito nacional assim como as linhas de cofinanciamento da União Europeia.

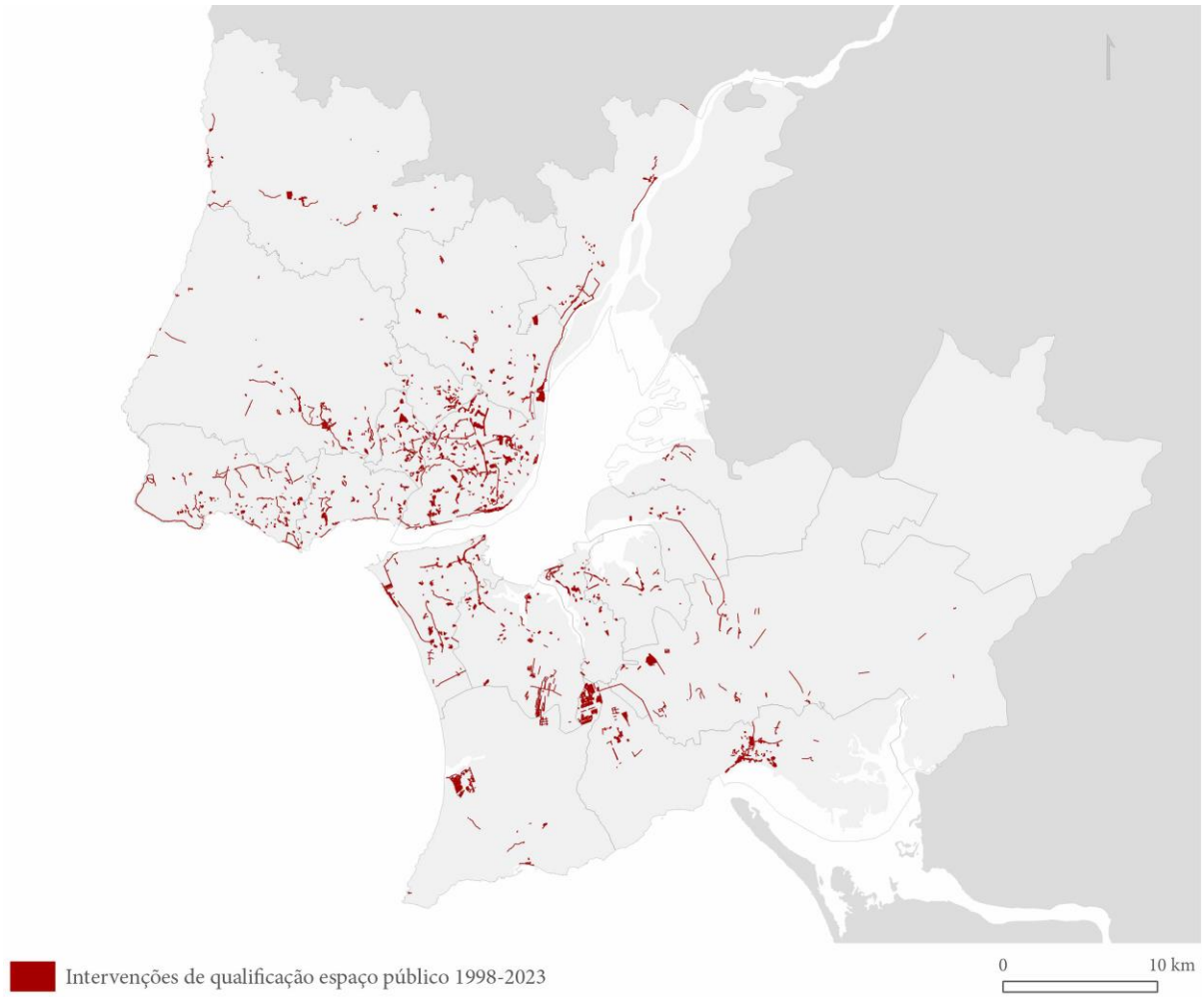


Fig. 1 – Intervenções de qualificação no espaço público 1998-2023 na Área Metropolitana de Lisboa. Figura a cores disponível online.

Fig. 1 – Public space qualification interventions 1998-2023 in the Lisbon Metropolitan Area. Colour figure available online.

Fonte: MetroPublicNet

A base de dados permite expor as funções dominantes das intervenções: espaços ou infraestruturas verdes e funções no âmbito das acessibilidades e mobilidade. A maioria dos territórios intervencionados são de média/alta densidade com uso residencial predominante. A evolução das intervenções demonstra uma transição de lógicas mais pontuais e isoladas para estratégias mais sistémicas e contínuas, que valorizam as conexões territoriais, seja numa perspetiva de mobilidade como de ecossistemas. Em termos de distribuição geográfica, as intervenções de qualificação dos espaços públicos apresentam padrões complexos. Lisboa destaca-se como o município com maior área de intervenções expondo a sua centralidade na área metropolitana e no país. No entanto, verifica-se que a relação entre a dimensão das intervenções e as densidades populacionais e de edificado nem sempre são diretas e que num mesmo município podem existir diferentes padrões de intervenção.

Tendo presente este contexto, o estudo propõe discutir se as intervenções de qualificação dos espaços públicos podem ser consideradas elementos relevantes para promover uma maior integração socioespacial na AML. Para dar resposta a esta questão, a investigação desenvolve-se em dois eixos: análise documental e análise espacial. A análise documental inclui revisão de legislação, relatórios de enquadramento dos programas de financiamento das intervenções de qualificação do espaço público e literatura mais abrangente sobre experiências de requalificação urbana e impactos dos fundos comunitários em Portugal. Este eixo procura avaliar se as intervenções de qualificação do

espaço público são concebidas como estratégias de integração socioespacial. Por outro lado, as análises espaciais, com recurso a SIG, visam compreender até que ponto as intervenções de qualificação do espaço público beneficiam os territórios mais vulneráveis da AML. As intervenções no espaço público são examinadas sob duas perspetivas: a primeira confronta as intervenções com a vulnerabilidade do território, baseada num índice elaborado especificamente para o efeito; a segunda relaciona-as com a localização dos bairros de habitação social.

4. CASO DE ESTUDO: A INTEGRAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS INTERVENÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Esta secção apresenta os resultados da análise documental e dos estudos de âmbito espacial.

4.1. Integração socioespacial como questão base na conceção das intervenções de qualificação do espaço público?

O elevado número de intervenções de qualificação dos espaços públicos, a indisponibilidade de dados específicos sobre cada uma das intervenções e a multiplicidade de valências e estratégias de promoção associadas a um mesmo projeto são alguns dos limites à compreensão da integração socioespacial na conceção, implementação e vivência destes espaços. Ainda assim, entende-se que os programas de financiamento das intervenções de qualificação urbana fornecem pistas sobre essas intervenções. Para a maioria das intervenções de qualificação do espaço público 1998-2023 os recursos da administração local são essenciais, sendo ainda de destacar as linhas de financiamento comunitárias (QREN e Portugal 2020) e a participação da administração central (Santos, Carreiras *et al.*, 2024). As intervenções com linhas de financiamento especificas são menores, mas neste âmbito sobressai o Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da AML (PROQUAL) (relevante em 2% da área total de intervenção) e o Programa polis (4%). Estas duas iniciativas serão aprofundadas.

Como enquadramento destas iniciativas importa ter presente a tardia evolução das estratégias de desenvolvimento, de qualificação e de sustentabilidade urbana em Portugal. No final do século XX, as preocupações em torno da qualidade de vida urbana ainda se centravam muito na oferta de serviços e nas questões relacionadas com infraestruturas básicas. Desde então, tornaram-se mais comuns iniciativas que promovem uma intervenção alargada direcionada a problemas urbanos complexos (Fernandes, 2002; Mourato, 2021; Queiroz & Vale, 2005). Esta evolução tanto foi fomentada por mudanças culturais e societais, pela maior reivindicação e mobilização quanto à qualificação e valorização da paisagem urbana, como por iniciativas europeias no âmbito das políticas urbanas e sucessivos instrumentos de financiamento comunitário (Mourato, 2021; Queiroz & Vale, 2005). A experiência da expo 98 é uma referência, tendo sido um momento charneira nas intervenções de qualificação do espaço urbano em Portugal e inspiração para novos programas e iniciativas (Brandão *et al.*, 2017; Medeiros *et al.*, 2021). Com esta intervenção estabeleceram-se novos padrões para a transformação urbana, para a geração de valor urbano, assim como modelos nas dimensões jurídicas e institucionais, seja pelas parcerias entre o Governo e as autarquias locais como pela utilização de novos instrumentos de intervenção urbanística.

O PROQUAL e o Programa Polis foram duas iniciativas que se centravam na resolução de problemas da vida urbana, advogando uma lógica integradora que defendia intervenções com impactos em múltiplas dimensões, nomeadamente urbanísticas e sociais. A criação do PROQUAL teve por base um diagnostico que identificava áreas críticas urbanas na AML e a necessidade de redução de desequilíbrios territoriais e tendências de degradação e desqualificação urbanística e social, conforme relatório do Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo ([PORLVT], 2001). A iniciativa foi direcionada para territórios que conjugavam a precariedade do tecido urbano (marcada por espaços públicos inexistentes ou degradados, parque edificado em mau estado de conservação, desadequação e fragilidades nas acessibilidades, infraestruturas e equipamentos) com fragilidades socioeconómicas.

O programa Polis deu especial destaque à função das cidades como alavancas de desenvolvimento económico. Conforme Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, de 15 de maio (p. 2107), o Polis tinha por objetivo principal "melhorar a qualidade de vida nas cidades,

através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos".

Nos princípios orientadores destas duas iniciativas subentende-se a defesa da integração socioespacial. No conjunto de objetivos específicos do PROQUAL destaca-se: i) a redução de desequilíbrios territoriais e as tendências de degradação e desqualificação urbanística e social; ii) a introdução de dinâmicas de reequilíbrio social e o reforço de mecanismos de coesão social; iii) a salvaguarda de condições de habitabilidade, de sociabilidade e de integração social das populações; iv) a melhoria de condições de acessibilidade e de mobilidade, no sentido de reforçar a integração urbana das áreas de intervenção. Uma das componentes e linhas de intervenção do Polis é a "Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento"

Verifica-se que estas iniciativas privilegiavam as intervenções no espaço público. Os programas reconhecem a existência de espaços públicos com qualidade urbanística e arquitetónica e com funções adequadas às necessidades dos seus utilizadores como contributos para o ambiente urbano. Esta visão é reforçada pela prioridade dada à necessidade de criação e/ou requalificação dos espaços públicos nos territórios. As tipologias de projeto contempladas pelo PROQUAL incluem: "Projetos de requalificação e de criação de espaços públicos de qualidade" e "Projetos de melhoria das condições de acessibilidade e de mobilidade". Os projetos de qualificação do espaço público são elegíveis no âmbito das diversas componentes e linhas de intervenção do Polis.

A integração socioespacial remete para a supressão de situações de segregação socioespacial, para a criação e requalificação de espaços públicos de qualidade, para a promoção do acesso a serviços e infraestruturas urbanas e a redução de desequilíbrios territoriais. Nesse sentido, a integração socioespacial está presente nas políticas urbanas, nomeadamente em iniciativas como o PROQUAL e o programa Polis, nos valores de atuação dos governos, nos princípios definidores da política comunitária de coesão económica e social e fundos comunitários que lhe estão associados, independentemente de os desafios da sua efetivação serem ultrapassados ou não.

4.2. Análises espaciais: Beneficiação dos territórios com intervenções de qualificação no espaço público

As análises espaciais apresentadas visam aferir até que ponto os territórios mais vulneráveis da AML beneficiaram com as intervenções no espaço público. Uma primeira análise confronta a localização das intervenções de qualificação do espaço público com os territórios caracterizados por um índice de vulnerabilidade socioespacial e uma segunda com a distribuição espacial de bairros de habitação social. De seguida apresentam-se objetivos e limitações destas análises, assim como critérios seguidos na preparação dos dados.

Para se operacionalizar estas análises recorre-se a um *buffer* – área de influência das intervenções ou de determinado território – para contabilizar a proximidade a intervenções de qualificação dos espaços públicos e o número de beneficiários dessas intervenções. Esta estratégia analítica, desenvolvida à escala metropolitana, expõe, numa perspetiva quantitativa, padrões das intervenções nos espaços públicos e permite refletir sobre os temas propostos. Mas na análise dos resultados importa ter presente a simplificação das dinâmicas socioterritoriais.

De facto, os territórios e as suas populações, nem sempre beneficiam com as intervenções de qualificação no espaço público, sejam estas incidentes na sua proximidade ou na área em questão. A apropriação do espaço público é muito influenciada pelas características do espaço público e do território, assim como pelos atributos da população. Em paralelo, a utilização dos espaços públicos também pode ocorrer por parte da população não residente. A informação base aqui apresentada é extensa, tanto a nível temporal como espacial e permite uma análise à escala metropolitana e municipal, mas revela algumas insuficiências, em especial em aferições mais específicas, por exemplo centradas num bairro ou na avaliação crítica do impacto das intervenções.

O mapa da vulnerabilidade socioespacial na AML que se apresenta tem pontos de contacto com estudos que procuram identificar padrões de tipologias socioeconómicas no territórios e concentrações de vulnerabilidade social (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2014; Malheiros *et al.*, 2016; Silva & Padeiro, 2020).

Para este estudo, recorreu-se a um conjunto de variáveis provenientes dos censos 2021 disponíveis à menor área geográfica possível, neste caso a secção estatística: i) População sem curso superior; ii) População desempregada, incluindo população desempregada à procura do 1º emprego; iii) População analfabeta face ao total de população com 10 e mais anos; iv) Edifícios a necessitar de

médias ou grandes reparações. As variáveis escolhidas, condicionadas à sua disponibilidade, constituem proxys de dimensões relevantes da vulnerabilidade socioespacial. As variáveis incidentes sobre os níveis de instrução da população, situação face ao emprego, formas extremas de exclusão educacional e precariedade habitacional, traduzem exclusões educacionais, dificuldades no acesso e na mobilidade laboral, problemáticas socioeconómicas e contextos de exclusão e desvalorização urbana.

A secção estatística não salvaguarda uma identidade morfológica e social uniforme, mas permite uma maior aproximação à realidade num contexto de fragmentação socioespacial e de complexidade dos padrões socioespaciais,

O cálculo do índice de vulnerabilidade segue a fórmula apresentada na Equação 1. Para cada unidade territorial calcula-se a média aritmética simples dos quocientes de cada variável relativamente à AML. O valor de referência para cada quociente é 1. Quando o valor do quociente é superior a 1, a secção estatística regista uma situação mais desfavorável do que a observada na unidade geográfica de referência:AML. Em sentido inverso, quanto mais baixo o valor menor a vulnerabilidade.

$$\text{Índice Vuln}_{Si} = (\text{PSES}_{Si} / \text{PSES}_{AML} + \text{PD}_{Si} / \text{PD}_{AML} + \text{PA}_{Si} / \text{PA}_{AML} + \text{PRMP}_{Si} / \text{PRMP}_{AML})/4$$

$_{Si}$: Secção estatística
$_{AML}$: Área Metropolitana de Lisboa
PSES: Percentagem de população sem curso superior por unidade territorial
PD: Percentagem de população desempregada ou população desempregada à procura do 1º emprego por unidade territorial
PA: Percentagem de população analfabeta face ao total de população com 10 e mais anos por unidade territorial
PRMP: Percentagem de edifícios a necessitar de médias reparações ou a necessitar de grandes reparações por unidade territorial

Equação 1 – Fórmula do índice de vulnerabilidade socioespacial.
Equation 1 – Socio-spatial vulnerability index formula.

Relativamente à análise incidente sobre os bairros de habitação social na AML, foram mapeados os bairros promovidos a partir da década de 1970. As iniciativas no âmbito das políticas de habitação social desenvolvidas durante o período ditatorial, de forte base corporativa e repressiva foram excluídas por não darem resposta às necessidades das famílias com menores graus de solvência. A informação georreferenciada teve como fontes os levantamentos realizados no âmbito de dois projetos de investigação científica: Projeto REHURB – Realojamento e Regeneração Urbana[iii] e Projeto exPERts – Making sense of planning expertise: housing policy and the role of experts in the Programa Especial de Realojamento[iv]. Foram fontes complementares o Inquérito de Caracterização da Habitação Social em Portugal (INE, 2015) e relatórios incidentes sobre o parque de habitação pública na AML (Pinho *et al.*, 2022). Procurou-se que a base de dados final reportasse bairros e não conjuntos de habitação dispersa, pelo que não se consideraram bairros de muita pequena dimensão[v].

4.2.1. Índice de vulnerabilidade

Através do mapa do índice de vulnerabilidade (fig. 2) expõem-se os territórios em situação de maior desvantagem. A norte do Tejo, as concentrações de maior vulnerabilidade ocorrem nos limites norte e oriental de Lisboa, estendendo-se aos municípios envolventes da Amadora, Odivelas e Loures e aos eixos de maior concentração populacional na linha de Sintra e de Vila Franca. A sul do Tejo, destacam-se os municípios do arco ribeirinho (Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo) assim como secções estatísticas perto do centro de Setúbal e em territórios mais rurais de Palmela e do Montijo. Esta distribuição geográfica traduz a concentração de zona críticas urbanas e espaços desqualificados identificados na região de Lisboa no início do século XXI (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo [CCDRLVT], 2002; Ferreira, 2007). Em contraste, sobressaem territórios em vantagem, sobretudo ao longo do eixo ribeirinho Lisboa - Cascais e no setor noroeste da cidade de Lisboa e Parque das Nações.

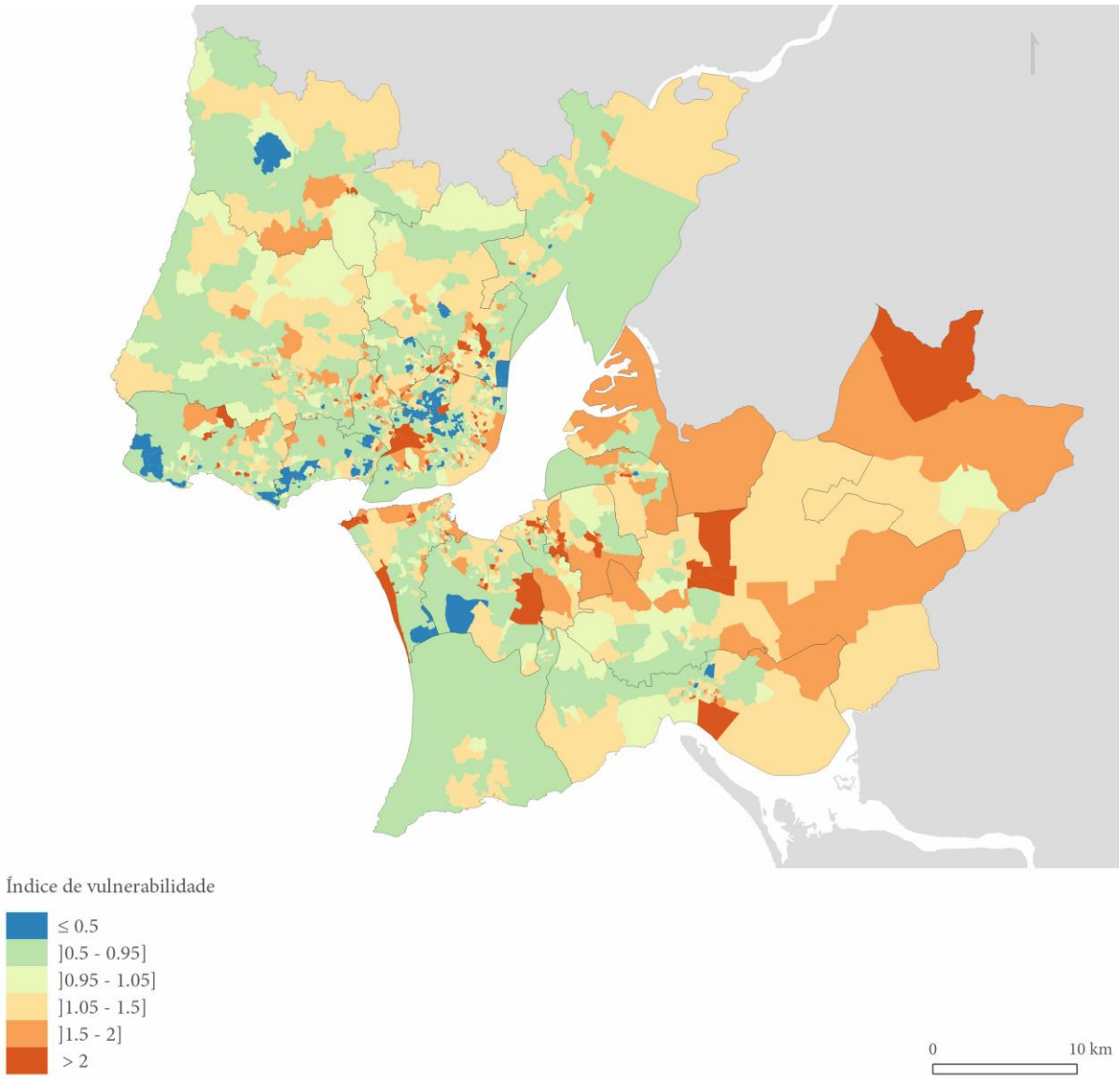


Fig. 2 – Índice de vulnerabilidade por secção estatística na Área Metropolitana de Lisboa. Figura a cores disponível online.

Fig. 2 – Vulnerability index by statistical section in the Lisbon Metropolitan Area. Colour figure available online.

Fonte: Elaboração própria

No confronto do mapeamento das intervenções de espaço público com a leitura da vulnerabilidade territorial, considerou-se a distribuição populacional e os territórios na proximidade das intervenções (*buffer* de 400m) (fig. 3 e quadro I). Apesar de não se verificar uma relação estatística evidente entre a densidade populacional e a densidade da área de intervenção no espaço publico por secção estatística (r=0,27)[vi], verifica-se alguma coincidência entre as maiores áreas de intervenções e as concentrações de população. Adicionalmente, uma percentagem muito significativa da população residente em todas as secções (entre 68% e 80%) beneficia da proximidade das intervenções no espaço público. Os valores evidenciam a abrangência das intervenções de qualificação dos espaços públicos a vários tipos de populações e territórios, incluindo os mais vulneráveis (classe v e vi) e os mais privilegiados (classe i).

O número e dimensão das intervenções nos espaços públicos em territórios com características tão distintas terá sido uma oportunidade de esbater assimetrias e de equilibrar as redes e sistemas territoriais. Assim, os resultados deste tipo de análise quantitativa sugerem o potencial das intervenções no espaço público para a qualificação e para o reforço das interligações entre unidades territoriais. No entanto, para se averiguar tal seria necessário complementar as

análises apresentadas com uma abordagem caso a caso incidente sobre os objetivos e a qualidade das intervenções[vii], incluindo impactos no quotidiano das populações.

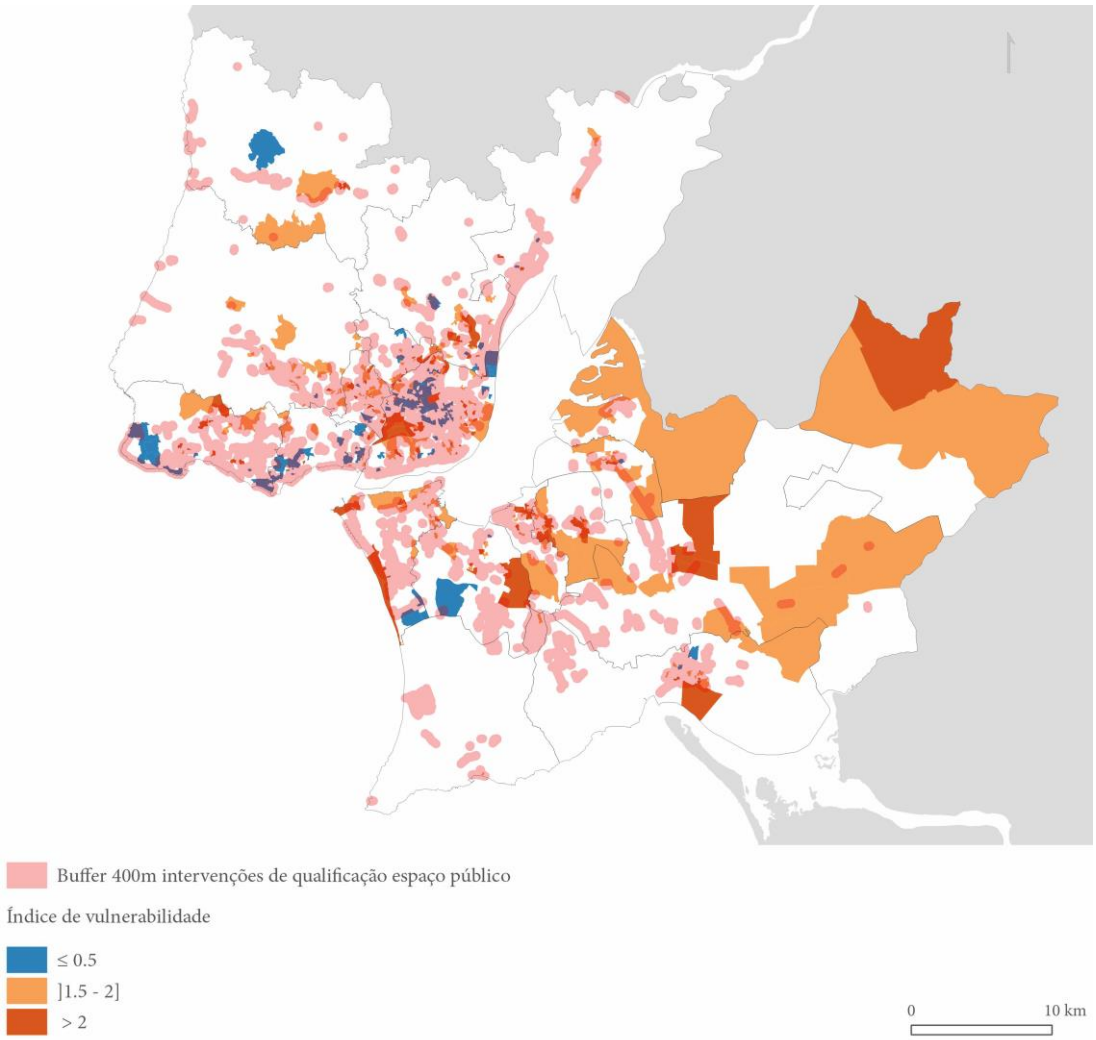


Fig. 3 – Índice de vulnerabilidade por secção estatística: territórios mais e menos vulneráveis e buffer de 400m das intervenções de qualificação do espaço público. Figura a cores disponível online.

Fig. 3 – Vulnerability index by statistical section: most and least vulnerable territories and 400m buffer from public space qualification interventions. Colour figure available online.

Fonte: Elaboração própria

Quadro I – Distribuição populacional e das intervenções no espaço público e população que beneficia das intervenções no espaço público por classes de vulnerabilidade.

Table I – Distribution of population and public space interventions and population benefiting from public space interventions by vulnerability class.

Classes de vulnerabilidade	**População (N= 2 870 208) (%)**	**Área das intervenções no espaço público (total: 20 124 716 m²) (%)**	**População que beneficia com intervenções no espaço público (%)**
i	6,5	9,2	75,8
ii	50,6	42,8	68,9
iii	9,8	8,3	68,7
iv	21,3	26,0	67,9
v	7,8	10,0	68,3
vi	3,9	3,7	80,4
Total	100,0	100,0	69,5

Fonte: Elaboração própria

4.2.2. Bairros de habitação social

O mapa de localização dos bairros de habitação social (201 unidades) expõe uma distribuição coincidente com os territórios mais vulneráveis e uma periferização face aos principais eixos de densidade urbana (fig. 4). Para efeitos de cálculo distinguem-se três níveis geográficos: o limite do bairro (edifícios e arruamentos que os estruturam); o bairro e sua área envolvente, definida por um buffer de 200 metros a partir do seu limite e; os "Territórios de bairros de habitação social" (126 unidades) que agregam os polígonos dos bairros e sua envolvente em situação de sobreposição.

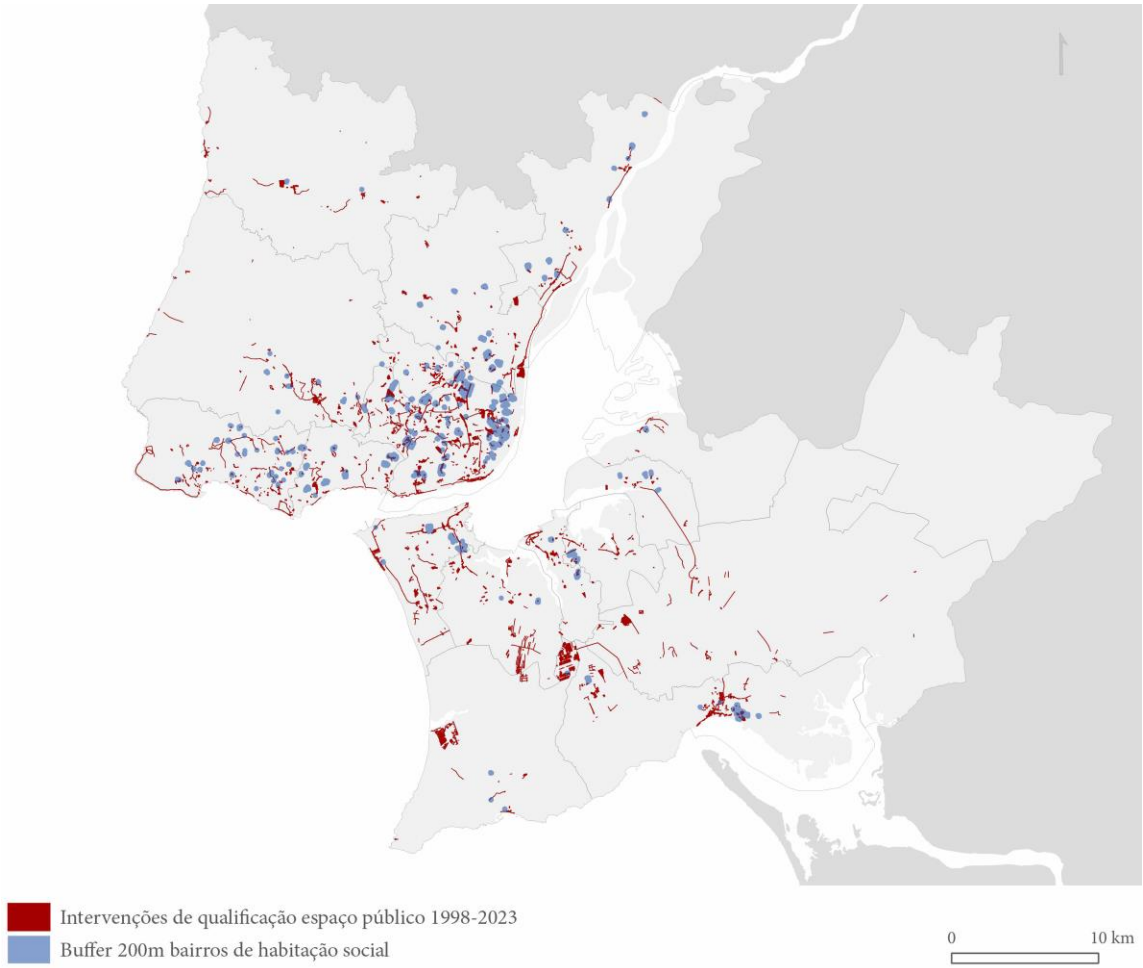


Fig. 4 – Sobreposição entre as intervenções de qualificação dos espaços públicos e os bairros de habitação social e sua envolvente. Figura a cores disponível online.

Fig. 4 – Overlap between public space qualification interventions and social housing neighbourhoods and their surroundings. Colour figure available online.

Fonte: Elaboração própria

No confronto entre bairros e as intervenções de qualificação no espaço público, verifica-se que 47 bairros (23%) beneficiaram com intervenções diretas, ou seja, no interior do polígono do seu limite. Quando se considera a área envolvente (*buffer* de 200 metros), são 144 bairros (72%) a beneficiar com as intervenções no espaço público. A mesma análise para os 126 territórios de bairros de habitação pública traduz resultados semelhantes: 70,8% destes territórios beneficiaram da proximidade das intervenções (quadro II).

As principais valências das intervenções no espaço público presentes no conjunto dos bairros beneficiados estão relacionadas com 1) a criação e requalificação de espaços verdes, 2) o reperfilamento de arruamentos estruturação e vias estruturantes, e 3) a requalificação de arruamentos locais e de proximidade (Fig. 5), o que traduz as tendências observadas no conjunto das intervenções (Santos, Beja da Costa, *et al.*, 2024; Santos, Carreiras, *et al.*, 2024, p. 56). Por outro lado,

as intervenções dirigidas à estruturação e qualificação de frentes de água são menos comuns na proximidade destes bairros, em maior situação de periferia do que o conjunto de territórios.

Quadro II – Bairros de habitação social que beneficiam com as intervenções no espaço público.
Table III – Social housing neighbourhoods that benefit from public space interventions.

Bairros mediante limites territoriais		**Beneficiação com as intervenções no espaço público**	
	Nº	**Nº**	**%**
Bairros sociais	201	47	23
Bairros sociais e sua envolvente	201	144	72
Territórios de bairros de habitação social	126	88	70

Fonte: Elaboração própria

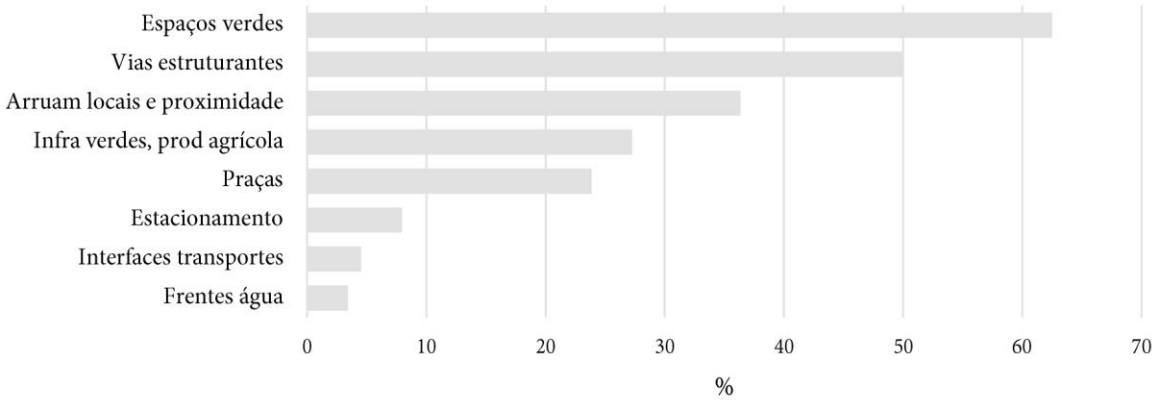


Fig. 5 – Tipo de intervenção no conjunto de intervenções incidentes nos Territórios de bairros de habitação social.
Fig. 5 – Type of intervention in the set of interventions in social housing areas.

Fonte: Elaboração própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo debate a possibilidade de as intervenções no espaço público contribuírem para a integração socioespacial. A revisão da literatura e da legislação que orienta as intervenções de qualificação do espaço público evidencia o destaque da integração socioespacial, tanto nas valências dos espaços públicos como nas estratégias destinadas à sua promoção e financiamento.

As análises apresentadas demonstram uma distribuição espacial das intervenções no espaço público na AML ampla, abrangendo territórios com vários níveis de vulnerabilidade socioespacial. Sabendo-se que as necessidades de intervenção no espaço público são distintas mediante o contexto, é possível avançar no raciocínio e contrapor dois tipos de tendências. A primeira, refere-se às intervenções nos territórios mais estabilizados e menos vulneráveis, em grande parte motivadas pelas crescentes exigências relacionadas com a vida urbana, especialmente no que se refere à qualidade urbanística e arquitetónica dos espaços públicos - aspetos frequentemente destacados nas componentes estratégicas e competitivas das cidades - e as intervenções nos espaços públicos dos territórios mais vulneráveis, privilegiando problemáticas relacionadas com carências de zonas de lazer e convivência e de interligações a áreas envolventes. A segunda tendência é comprovada pela significativa incidência de intervenções nos bairros de habitação social e na sua envolvente. Os investimentos na qualificação de territórios caracterizados por fragilidades sociais e urbanísticas, mesmo que incidentes predominantemente na dimensão física e espacial, traduzem esforços de integração socioespacial.

A qualidade dos espaços públicos, o seu uso por parte das populações e as conexões que estabelecem com os tecidos urbanos existentes são fatores essenciais para esse objetivo, pois a avaliação dos atributos dos espaços públicos tem forte implicação com os contextos urbanos, sociais, ambientais, económicos onde se inserem (Brandão *et al.*, 2017). Não sendo objetivo do presente

estudo efetuar análises centradas em intervenções específicas, fica por considerar a qualidade das ações, o nível de concretização da integração socioespacial e as dinâmicas contraditórias e de conflito que possam existir, sabendo-se, no entanto, que as desigualdades socioespaciais na AML continuam a ser marcantes e persistentes.

Tendo como enquadramento a ideia de uma rede metropolitana de espaços públicos, os resultados aqui apresentados indicam avanços relevantes na qualificação das unidades urbanas e das suas interligações, pela multiplicação de intervenções de pequena escala e "cirúrgicas" e por algumas de alcance mais estrutural, mas sobretudo pela diversidade e abrangência quanto ao tipo de territórios intervencionados, onde se incluem um número significativo de bairros de habitação social e outros territórios em desvantagem.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no âmbito do Projeto MetroPublicNet (PTDC/ART-DAQ/0919/2020). Gostaríamos de agradecer o acesso a informação do Projeto REHURB (PTDC/CS-GEO/108610/2008) e do projeto ExPERts (PTDC/ATP-EUR/4309/2014).

ORCID

Marina Carreiras https://orcid.org/0000-0003-2910-3161
João Rafael Santos https://orcid.org/0000-0001-7052-043X

CONTRIBUTOS DOS/AS AUTORES/AS

Marina Carreiras: Conceptualização, Metodologia, Software, Análise formal, Investigação, Escrita – preparação do esboço original, Redação – revisão e edição, Visualização. **João Rafael Santos:** Metodologia, Validação, Redação – revisão e edição, Supervisão, Administração do projeto, Aquisição de financiamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aelbrecht, P., & Stevens, Q. (2019a). Introduction: From mixing with strangers to collective placemaking: Existing theories, policies and practices around social cohesion in public space design. In P. Aelbrecht & Q. Stevens (Eds.), *Public Space Design and Social Cohesion: An International Comparison* (pp. 1–33). Routledge.

Aelbrecht, P., & Stevens, Q. (Eds.). (2019b). *Public Space Design and Social Cohesion*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9780429489150

Área Metropolitana de Lisboa (Ed.). (2022). *Plano metropolitano de apoio às comunidades desfavorecidas da AML*. Área Metropolitana de Lisboa [Metropolitan plan to support disadvantaged communities in the AML Lisbon Metropolitan Area]. https://documentacao.aml.pt/wp-content/uploads/2023/07/comunidades-desfavorecidas-em-acao-aml.pdf

Antunes, G. (2018). *Políticas de habitação: 200 anos* [Housing policies: 200 years]. Caleidoscópio.

Barata-Salgueiro, T. (2023). *Temas e reflexões. Breve antologia* [Themes and Reflections: A Brief Anthology]. Associação Portuguesa de Geógrafos.

Beja da Costa, A., & Santos, J. R. (2024). Public space as network. In J. R. Santos, M. M. Silva & A. Beja da Costa (Eds.), *Towards a Metropolitan Public Space Network: Lessons, Projects and Prospects from Lisbon* (pp. 51–73). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003408611

Borja, J. (2003). *La ciudad conquistada* [The conquered city]. Alianza editorial.

Borja, J., & Muxi, Z. (2003). *El espacio público: ciudad y ciudadanía* [Public space: city and citizenship]. Electa.

Brandão, A., & Brandão, P. (2019). O que é o espaço público e o que está a mudar: introdução [What is public space and what is changing: introduction]. In A. Brandão & P. Brandão (Eds.), *O lugar de todos: interpretar o espaço público urbano* [A Place for All: Interpreting Urban Public Space] (pp. 19–25). IST - ID.

Brandão, A., & Brandão, P. (2017). Public Space, Infrastructure, Landscape: an interdisciplinary matrix for urban spatial continuity. *The Journal of Public Space*, *2*(1), 123. https://doi.org/10.5204/jps.v2i1.55

Brandão, P., Brandão, A., Ferreira, A., Travasso, N., & Remesar, A. (2017). What is public space's service value? Some

relevant research questions. In E. M. da Costa, S. Morgado & J. Cabral (Eds.), *Book of Proceedings of AESOP Annual Congress "Spaces of Dialog For Places of Dignity"* (pp. 785–796). AESOP.

Carmona, M., Heath, T., Oc, T., & Tiesdell, S. (2003). *Public Places - Urban Spaces: The dimensions of urban design*. Elsevier.

Carreiras, M. (2018). Integração socioespacial dos bairros de habitação social na Área Metropolitana de Lisboa: evidências de micro segregação [Socio-spatial integration of social housing neighbourhoods in the Lisbon Metropolitan Area: evidences of micro segregation]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, *LIII*(107), 67–85. https://doi.org/10.18055/Finis11969

Cattell, V., Dines, N., Gesler, W., & Curtis, S. (2008). Mingling, observing, and lingering: Everyday public spaces and their implications for well-being and social relations. *Health & Place*, *14*(3), 544–561. https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2007.10.007

Cavaco, C., Carvalho, S. L., & Santos, J. R. (2024). Public space as an urban policy agenda? Policies, funding, and soft planning in Lisbon Metropolitan Area. In J. R. Santos, M. M. Silva, & A. Beja da Costa (Eds.), *Towards a Metropolitan Public Space Network* (pp. 14–26). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003408611-3

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2002). *Plano regional de ordenamento do território da Área Metropolitana de Lisboa* [Regional spatial planning plan for the Lisbon Metropolitan Area]. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo. https://www.ccdr-lvt.pt/ordenamento-do-territorio/prot/prot-da-area-metropolitana-de-lisboa-prot-aml/

Crespo, J. L. (2012). Algumas complexidades do bairro no contexto da cidade: o caso do bairro da Bela Vista [Some complexities of the neighbourhood in the context of the city: the case of the Bela Vista neighbourhood]. In M. M. Mendes, C. H. Ferreira, T. Sá & J. L. Crespo (Eds.), *A cidade entre bairros* [The City Between Neighbourhoods] (pp. 65–74). CIAUD, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Dekker, K., & van Kempen, R. (2005). Large housing estates in Europe: a contemporary overview. In R. van Kempen, K. Dekker, S. Hall & I. Tosics (Eds.), *Restructuring large housing estates in Europe* (pp. 18–45). Policy Press.

Dekker, K., Hall, S., van Kempen, R., & Tosics, I. (2005). Restructuring large housing estates in European cities: an introduction. In R. van Kempen, K. Dekker, S. Hall & I. Tosics (Eds.), *Restructing large housing estates in Europe* (pp. 1–17). Policy Press.

Estevens, A. (2017). *A cidade neoliberal: Conflito e arte em Lisboa e Barcelona* [The neoliberal city: Conflict and art in Lisbon and Barcelona]. Deriva Editores, Le monde Diplomatique.

Fernandes, J. P. M. (2002). Reabilitação urbana: Experiências recentes do programa Polis [Urban regeneration: Recent experiences of the Polis programme]. *Cidades, Comunidades e Territórios*, *5*, 69–79.

Ferreira, A. F. (Ed.). (2007). *Lisboa 2020: Uma estratégia de Lisboa para a região de Lisboa* [Lisboa 2020: A Lisbon strategy for the Lisbon region]. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo. https://www.ccdr-lvt.pt/study-publications/lisboa-2020-uma-estrategia-de-lisboa-para-a-regiao-de-lisboa-2007/

Francis, J., Giles-Corti, B., Wood, L., & Knuiman, M. (2012). Creating sense of community: The role of public space. *Journal of Environmental Psychology*, *32*(4), 401–409. https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2012.07.002

Harvey, D. (1985). *The urbanization of capital: Studies in the history and theory of capitalist urbanization*. Blackwell.

Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Inquérito à caraterização da habitação social em Portugal, 2015* [Characterisation survey of social housing in Portugal, 2015]. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=250034590&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Instituto Nacional de Estatística. (2014). *Tipologia Socioeconómica das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto 2011* [Socio-Economic Tipology of the Metropolitan Regions of Lisbon and Oporto 2011]. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.pt/xurl/pub/219306706

Kearns, A., & Parkinson, M. (2001). The Significance of Neighbourhood. *Urban Studies*, *38*(12), 2103–2110. https://doi.org/10.1080/00420980120087063

Lownsbrough, H., & Beunderman, J. (2007). *Equally Spaced? Public space and interaction between diverse communities: A Report for the Commission for Racial Equality*. Demos. https://hdl.handle.net/10535/3407

Malheiros, J., Ferreira, B., Carreiras, M., Amilcar, A., & Raposo, R. (2016). Vulnerabilidade e integração urbana em bairros de habitação social da grande lisboa: uma aproximação conceptual e empírica [Vulnerability and urban integration in social housing neighborhoods of greater Lisbon: an empirical and conceptual approach]. *Espaço & Geografia*, *19*(1), 185–237. https://doi.org/10.26512/2236-56562016e40083

Malheiros, J., & Madeira, P. M. (2023). Segregação socioespacial urbana [Urban socio-spatial segregation]. In O. Santos, K. Silva & J. Malheiros (Eds.), *Geografia urbana: Revisitando conceitos e temas* [Urban Geography: A Reappraisal of Concepts and Themes] (pp. 47–62). Editora Universitária da UFRPE.

Maloutas, T., & Fujita, K. (Eds.). (2012). *Residential Segregation in Comparative Perspective: Making Sense of Contextual Diversity*. Ashgate.

Maloutas, T., Spyrellis, S.-N., Szabó, B., & Kovács, Z. (2023). Vertical segregation in the apartment blocks of Athens and Budapest: A comparative study. *European Urban and Regional Studies*, *30*(1), 72–90. https://doi.org/10.1177/09697764221116019

Marcuse, P., & van Kempen, R. (2000). *Globalizing cities: A new spatial order?* Blackwell.

Medeiros, E., Brandão, A., Pinto, P. T., & Lopes, S. S. (2021). Urban Planning Policies to the Renewal of Riverfront Areas: The Lisbon Metropolis Case. *Sustainability*, *13*(10), 5665. https://doi.org/10.3390/su13105665

Mourato, J. (2021). *InC2: Ensaio de uma nova geração de Políticas Urbanas?* [InC2: Testing a new generation of Urban Policies?] Blogue SHIFT. https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/2021/05/05/inc2-ensaio-de-uma-nova-geracao-de-politicas-urbanas/

Pinho, A., Carvalho, L., & Vale, D. (Eds.). (2022). *Diagnóstico das Situações Habitacionais Indignas: Habitação PRR-AML 2021|2026* [Diagnosis of Undignified Housing Situations: PRR-AML Housing 2021|2026]. CIAUD, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. https://documentacao.aml.pt/wp-content/uploads/2022/11/ebook-habitacao-condicoes-habitacionais-indignas-aml.pdf

Pinto, A., & Remesar, A. (2015). Urban cohesian: A public space network assessment. *On the W@aterfront*, *39*(2), 7–25. https://raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/296212

Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo. (2001). *PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa* [PROQUAL - Integrated Programme for the Qualification of Suburban Areas in the Lisbon Metropolitan Area]. Ministério do Planeamento; CCRLVT.

Qi, J., Mazumdar, S., & Vasconcelos, A. C. (2024). Understanding the Relationship between Urban Public Space and Social Cohesion: A Systematic Review. *International Journal of Community Well-Being, 7*, 155-212. https://doi.org/10.1007/s42413-024-00204-5

Queiroz, M., & Vale, M. (2005). Ambiente Urbano e Intervenção Pública: O Programa Polis [Urban Environment and Public Intervention: The Polis Programme]. In A. Nunes, E. S. Lemos, M. V. Henriques, M. Vale, P. Pedro-Rêgo & R. Mendez (Eds.), *Comunicações do X Colóquio Ibérico de Geografia* [Proceedings of the 10th Iberian Colloquium on Geography], online. https://www.age-geografia.es/site/wp-content/uploads/2020/06/actas_indice_x_cig_evora_0.pdf

Rocha, J. (Ed.). (2016). *Atlas Digital da Área Metropolitana de Lisboa – 2016* [Digital Atlas of the Lisbon Metropolitan Area. AML – 2016]. AML. https://www.aml.pt/index.php?cp=COMPONENT_TEXT&sr=SUS57FCBBEE58CA4&item=

Rossi, U. (2017). *Cities in Global Capitalism*. Policy press.

Ruiz-Tagle, J. (2013). A Theory of Socio-spatial integration: Problems, Policies and Concepts from a US Perspective. *International Journal of Urban and Regional Research*, *37*(2), 388–408. https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2012.01180.x

Santos, J. R. (2018). *Espaços de mediação infraestrutural: Interpretação e projecto na produção do urbano no território metropolitano de Lisboa* [Spaces of infrastructural mediation: Interpretation and design in the production of the urban in the Lisbon metropolitan area]. Área Metropolitana de Lisboa. https://documentacao.aml.pt/wp-content/uploads/2023/06/ebook-espacos-mediacao-infraestrutural-producao-urbano-aml.pdf

Santos, J. R., & Beja da Costa, A. (Eds.). (2023). *O Espaço Público na Área Metropolitana de Lisboa. Projetos de qualificação do território [1998-2023], vol. III – bairros coesos e conectados* [Public Space in the Lisbon Metropolitan Area. Territorial qualification projects [1998-2023], vol. III - cohesive and connected neighbourhoods]. FA-ULisboa/CIAUD/Área Metropolitana de Lisboa. https://www.fa.ulisboa.pt/images/20232024/livros/231018_COH_online_version_LIGHT.pdf

Santos, J. R., Beja da Costa, A., Carreiras, M., Vale, D., & Henriques, C. D. (2024). Scales, methods, and representations. In J. R. Santos, M. M. Silva, & A. Beja da Costa (Eds.), *Towards a Metropolitan Public Space Network: Lessons, Projects and Prospects from Lisbon* (pp. 39–50). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003408611-6

Santos, J. R., Carreiras, M., & Beja da Costa, A. (2024). [Scale #1] The metropolitan scale. In J. R. Santos, M. M. Silva & A. Beja da Costa (Eds.), *Towards a Metropolitan Public Space Network: Lessons, Projects and Prospects from Lisbon* (pp. 52-73). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003408611-7

Santos, J. R., Silva, M. M., & Beja da Costa, A. (Eds.). (2024). *Towards a Metropolitan Public Space Network: Lessons, Projects and Prospects from Lisbon*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003408611

Serra, N. (2002). *Estado, Território e Estratégias de Habitação* [State, Territory and Housing Strategies]. Quarteto.

Silva, K. S. do N., & Padeiro, M. (2020). Assessing inequalities in geographical access to emergency medical services in metropolitan Lisbon: a cross-sectional and ecological study. *BMJ Open*, *10*(11), e033777. https://doi.org/10.1136/bmjopen-2019-033777

Tenedório, J. A. (2003). *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa* [Atlas of the Lisbon Metropolitan Area]. Área Metropolitana de Lisboa.

Tulumello, S. (2015). From "Spaces of Fear" to "Fearscapes". *Space and Culture*, *18*(3), 257–272. https://doi.org/10.1177/1206331215579716

Wickes, R., Zahnow, R., Corcoran, J., & Hipp, J. R. (2019). Neighbourhood social conduits and resident social cohesion. *Urban Studies*, *56*(1), 226–248. https://doi.org/10.1177/0042098018780617

[i] Projeto PTDC/ART-DAQ/0919/2020, desenvolvido entre 2021 e 2025, com financiamento da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal). Tem como objetivo de explorar a qualificação do espaço público na Área Metropolitana de Lisboa entre 1998 e 2023.

[ii] O conjunto sistematizado e georreferenciado das múltiplas intervenções de (re)qualificação de espaço público na Área Metropolitana de Lisboa também se encontra disponível na Plataforma MetroPublicNet: https://metropublicnet.pt/

[iii] Projeto PTDC/CS-GEO/108610/2008, desenvolvido entre 2010 e 2014, com financiamento da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal). Teve como objeto de estudo os grandes bairros sociais de promoção pública construídos entre os anos 1970 e 2011.

[iv] Projeto PTDC/ATP-EUR/4309/2014, desenvolvido entre 2016 e 2019, com financiamento da FCT. Tendo por objeto o Programa Especial de Realojamento (PER), o projeto procurou analisar a adoção de paradigmas políticos, práticas e técnicas em contextos específicos e como os especialistas fazem uso estratégico do seu conhecimento e estatuto profissional no processo.

[v] Bairros com número de fogos inferior a 24, ou número de agregados familiares realojados inferior a 24. O número 24 resulta do "número médio de fogos por bairro -1 desvio padrão" calculado para o país.

[vi] Correlação realizada sem incluir secções estatísticas sem intervenções de qualificação do espaço público.

[vii] Refira-se, neste âmbito e introduzindo uma abordagem complementar de representação desenhada e de descodificação sistémica, o estudo de casos desenvolvido pelo projeto MetroPublicNet em torno da temática dos *bairros conectados e coesos* (Santos & Beja da Costa, 2023).